

SUMÁRIO

Parte I – A Doutrina da Proteção Integral no Meio Digital

1. Paradigma da Proteção Integral	15
2. Lei nº 15.211/2025	16
3. Documentos Internacionais.....	23
3.1. Convenção sobre os Direitos da Criança.....	23
3.2. Comitê sobre os Direitos da Criança.....	29
3.3. Comentário Geral nº 25.....	30
3.4. Protocolos Facultativos	34
4. Constituição Federal	37
5. Estatuto da Criança e do Adolescente	38
5.1. ECA Digital e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Estatuto)....	38
5.2. Conceito de Direito da Criança e do Adolescente	39
5.3. Sistema valorativo do Direito da Criança e do Adolescente: pos- tulado normativo, metaprincípios e princípios derivados.....	39
5.4. Definição de criança e adolescente (art. 2.º).....	46
5.5. Criança segundo a Convenção sobre Direitos da Criança (CSDC)	47
5.6. Capacidade civil, emancipação e reflexos nos direitos dispostos no Estatuto (art. 2.º)	48
5.7. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos fundamentais (arts. 3.º e 5.º)	48
5.8. Dever de efetivação de direitos de crianças e adolescentes (art. 4.º, <i>caput</i>).....	49

5.9. Garantia da prioridade absoluta e ponderação de direitos (art. 4.º, parágrafo único)	54
5.10. Critérios de interpretação do Estatuto (art. 6.º)	56
5.11. Direito à Liberdade (art. 15)	57
5.12. Direito ao respeito (arts. 17 e 18)	57
6. Resoluções do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente	58
6.1. Diretrizes da Política de Atendimento.....	58
6.2. O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima de Violência e a Lei nº 15.211/2025	59
6.2.1. Política de Atendimento.....	59
6.2.2. A Resolução nº 113 (retificada pela de nº 117), do CONANDA.....	59
6.2.3. Eixos estratégicos de ação.....	60
6.3. Os atores do Sistema de Garantia e a proteção da criança no meio digital	62
6.4. Juízo da Vara da Infância e da Juventude	63
6.4.1. Regras Gerais	63
6.4.2. Competência Exclusiva	63
6.4.3. Competência Concorrente.....	70
6.4.4. Competência para Expedição de Portarias e Alvarás	71
6.5. Ministério Público	76
6.5.1. Atribuições	76
6.5.2. Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos de Crianças e Adolescentes	78
6.6. Conselho Tutelar	83
6.6.1. Definição	83
6.6.2. A escolha dos conselheiros tutelares	85
6.6.3. Atribuições dos Conselhos Tutelares	86
6.7. Autoridade Administrativa Autônoma	92
7. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência	94
7.1. Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018	94
7.2. Público-alvo.....	95
7.3. Classificação da Violência	95
7.4. Escuta especializada e o depoimento especial	97

8. Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente – Lei Menino Henry Borel.....	99
8.1. Aspectos iniciais	99
8.2. Afastamento do lar do agressor	101
9. <i>Bullying</i> e as Leis nº 13.185/2015 e 14.811/2024	102
10. Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	105
10.1. Considerações Iniciais.....	105
10.2. O que é o Abuso e a Exploração Sexual de Criança e do Adolescente?.....	106
10.3. Objetivos.....	108

**PARTE II – ESTATUTO DIGITAL DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 15.211, DE 17/09/2025**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	111
1. Interlocuções entre o ECA digital e a LGPD	114
2. Conceitos	116
2.1. Produto ou serviço de tecnologia da informação.....	116
2.2. Produto ou serviço de monitoramento infantil.....	118
2.3. Rede Social	118
2.4. Caixa de Recompensa (loot boxes)	119
2.5. Perfilamento	120
2.6. Loja de aplicações de internet.....	121
2.7. Sistema Operacional	122
2.8. Mecanismo de Supervisão Parental	123
2.9. Serviço com controle editorial.....	124
2.10. Autoridade administrativa autônoma de proteção dos direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital.....	125
2.11. Monetização.....	126
2.12. Impulsioneamento.....	126
3. Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação	127

CAPÍTULO II

DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	131
1. Fundamentos da utilização dos Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação	134

CAPÍTULO III

DA VEDAÇÃO AO ACESSO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES A CONTEÚDOS E SERVIÇOS IMPRÓPRIOS, INADEQUADOS OU PROIBIDOS POR LEI	145
---	------------

CAPÍTULO IV

DOS MECANISMOS DE AFERIÇÃO DE IDADE	147
1. Conteúdos e Serviços Impróprios, Inadequados ou Proibidos por Lei	149
2. Mecanismos de Aferição de Idade	151

CAPÍTULO V

DA SUPERVISÃO PARENTAL	157
1. Supervisão Parental	160
2. O dever de informação e a centralidade da privacidade	160
3. Ferramentas de supervisão parental e deveres dos fornecedores	161

CAPÍTULO VI

DOS PRODUTOS DE MONITORAMENTO INFANTIL	163
1. Produtos de Monitoramento Infantil	163

CAPÍTULO VII

DOS JOGOS ELETRÔNICOS	167
1. Jogos eletrônicos e a proibição das Loot Boxes	167

CAPÍTULO VIII

DA PUBLICIDADE EM MEIO DIGITAL	171
1. Publicidade em Meio Digital e a Proibição do perfilamento para publicidade direcionada.....	171
2. Proibição de monetização de conteúdos nocivos ao público infantojuvenil	172

CAPÍTULO IX

DAS REDES SOCIAIS	175
1. Redes Sociais.....	176

CAPÍTULO X

DA PREVENÇÃO E COMBATE A VIOLAÇÕES GRAVES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE DIGITAL	181
1. Prevenção e Combate a Violações no Ambiente Digital	182

CAPÍTULO XI

DO REPORTE DE VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES	183
1. Reporte de Violações	184

CAPÍTULO XII

DA TRANSPARÊNCIA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	187
1. Transparência e Prestação de Contas.....	188

CAPÍTULO XIII

DO USO ABUSIVO DOS INSTRUMENTOS DE DENÚNCIA	191
1. Uso Abusivo dos Instrumentos de Denúncia.....	192

CAPÍTULO XIV

DA GOVERNANÇA	195
1. Governança	195
2. Autoridade Administrativa Autônoma. ANPD e o Decreto nº 12.622/2025.....	196

CAPÍTULOS XV e XVI

DAS SANÇÕES E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	201
1. Sanções	204
1.1. Penalidades.....	204
1.2. Critérios de fixação e gradação das penalidades	205
2. Competência para Aplicação das Sanções	206
2.1. Competência em razão da sanção	206
2.2. Competência do Poder Judiciário	207
3. Procedimento para Apuração no Poder Judiciário	207
3.1. Regras Gerais sobre os Procedimentos.....	207
3.2. Aplicação Subsidiária da Legislação Processual Pertinente	209
3.3. Princípio da Prioridade Absoluta e a Tramitação dos Procedimentos.....	209
3.4. Princípio da Fundamentação Analítica.....	210
3.6. Regra Específica para a Contagem de Prazos	211
4. Destino das Multas Aplicadas Nos Procedimentos.....	212
4.1. Do fundo vinculado aos Conselhos de Direitos	212
4.2. Regra Geral	216
4.3. Regra Específica no ECA Digital	217
4.4. Execução das Multas.....	218
5. Intervenção de Terceiros	218
6. Procedimento para apuração das infrações à Lei nº 15.211/2025.....	220
6.1. Aplicação do Procedimento de Apuração de Infrações Administrativas às Normas de Proteção da Criança e do Adolescente	220
6.2. Legitimidade	220
7. Representação no País	221
8. Vigência	223